



DISCURSO SOBRE ESCOLA E INCLUSÃO NAS OBRAS DE MARIA TERESA EGLÉR MANTOAN E ENICÉIA GONÇALVES MENDES

DIAS, Amanda Lemos¹
ALMEIDA, Iarla Maria de Souza²
MELO, Valci³

Grupo de Trabalho (GT): Educação Especial e Inclusão de Pessoas com Deficiência

RESUMO

O presente texto analisa os sentidos de educação escolar e inclusão na produção acadêmico-científica brasileira. Para tal, investiga-se, a partir da Análise do Discurso pecheutiana, trabalhos de autoria das professoras Maria Teresa Eglér Mantoan e Enicéia Gonçalves Mendes. Ao longo do estudo, argumenta-se que a concepção de inclusão das autoras está intimamente articulada ao modo como elas entendem a função social da escola e sua relação com o conhecimento teórico-científico. Assim, conclui-se que enquanto o discurso de Mantoan recupera os postulados da Pedagogia Escolanovista de secundarização do trabalho docente e de relativização do conhecimento científico, os trabalhos de Mendes materializam discursos que se aproximam da Pedagogia Histórico-Crítica em sua defesa da necessidade de apropriação por todos(as) do conhecimento sistematizado.

Palavras-chave: Educação escolar. Inclusão. Maria Teresa Mantoan. Enicéia Mendes. Análise do Discurso.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial é um tema indispensável tanto na formação como na atuação profissional dos(as) professores(as), frente ao qual eles(as) precisam não somente intervir pedagogicamente, mas também posicionar-se teoricamente, tendo em vista tratar-se de um assunto em torno do qual há disputas discursivas em diferentes direções.

O presente texto compartilha os resultados parciais da pesquisa ***Discursos sobre a Educação Especial na literatura acadêmico-científica brasileira***, desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), entre setembro de 2024 e agosto de 2025.

Ao longo do estudo, buscou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: quais são os sentidos de educação escolar, educação especial, deficiência, diferença, desigualdade e inclusão que disputam espaço na literatura científica voltada à Educação Especial no Brasil?

Dada a limitação de espaço e ao caráter parcial dos resultados aqui apresentados, concentraremos-nos no discurso sobre as categorias educação escolar e inclusão.

¹ Universidade Federal de Alagoas. E-mail: amanda.dias@cedu.ufal.br.

² Universidade Federal de Alagoas. E-mail: iarla.almeida@cedu.ufal.br.

³ Universidade Federal de Alagoas. E-mail: valci.melo@cedu.ufal.br.





OBJETIVOS

O projeto do qual este texto resulta buscou investigar os discursos em disputa na literatura acadêmico-científica brasileira, tomando como referência os trabalhos das professoras Maria Teresa Eglér Mantoan e Enicéia Gonçalves Mendes, explorando as formações discursivas e ideológicas com as quais seus trabalhos se identificam.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A escola é uma instituição social que, conforme Saviani (2011), caracteriza-se por ter como matéria-prima o saber sistematizado. Essa função social da escola está em sintonia com as exigências da modernidade, onde a ciência passou a ser reconhecida como a forma de conhecimento mais adequada aos novos tempos.

Assim, dada a sua importância, muitos foram os movimentos de luta em defesa de que os benefícios da escolarização estejam acessíveis a todas as pessoas. Graças à pressão social, desde o final do século XIX, a escola vem ampliando o seu atendimento, embora muitas pessoas ainda tenham esse direito apenas parcialmente atendido.

É, pois, este o caso das pessoas com atipia, entendidas aqui como aquelas que precisam dos apoios, serviços, recursos e estratégias da Educação Especial como modalidade de educação escolar. Pois, embora, desde a Constituição Federal de 1988, a perspectiva da Educação Inclusiva tenha sido o horizonte almejado, essas pessoas continuam enfrentando inúmeros desafios para a efetivação do direito ao acesso, permanência, participação e aprendizagem, conforme preconizado pela legislação (Brasil, 2015).

Paralelo aos desafios enfrentados no chão da escola estão os debates acadêmicos, os quais, face ao mesmo fenômeno, defendem posições opostas, disputando no campo das ideias os rumos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

É, portanto, com o objetivo de mapear esses debates e refletir sobre as suas implicações no acesso ao conhecimento escolar que empreendemos o presente trabalho.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS





A presente pesquisa foi conduzida por meio de estudos bibliográficos das obras de Mantoan (2015) e Mendes (2006, 2023). O procedimento metodológico adotado foi a leitura individual e a elaboração de fichamentos de artigos e livros, seguido de reuniões sistemáticas da equipe de pesquisa para discussão e análise crítica do material fichado.

As leituras e os debates coletivos permitiram a construção de um quadro comparativo entre os diferentes posicionamentos teóricos, trabalho esse realizado sob a ótica da Análise do Discurso pecheutiana, abordagem teórico-metodológica para a qual “[...] interessa não o que uma palavra ou expressão significa, mas como funciona no discurso, na conjuntura histórica em que ela é enunciada” (Cavalcante, 2007, p. 10).

RESULTADOS

Há diferentes maneiras de conceber a relação entre educação e sociedade, as quais incorrem diretamente no modo como os serviços educacionais são oferecidos. Saviani (2008) descreve três perspectivas teóricas a partir das quais a relação escola e sociedade pode ser compreendida, a saber: 1) teorias que entendem a educação como instrumento de equalização social, buscando a superação da marginalidade; 2) teorias que entendem que as escolas servem apenas para reproduzir e/ou fazer perpetuar uma lógica dominante; 3) teorias que pensam o fenômeno de forma dialética, considerando os condicionamentos, mas também as possibilidades da escola como instância educativa.

Aqui, trabalharemos a partir desse terceiro grupo, no interior do qual situa-se a Pedagogia Histórico-Crítica, a qual, ao mesmo tempo em que não nega o peso dos fatores externos à escola, como as desigualdades sociais, busca fazer o seu enfrentamento por meio do combate à alienação promovida pelo sistema capitalista e da luta pela garantia do acesso de todos ao conhecimento sistematizado (Saviani, 2011).

Partindo desta reflexão sobre a função social da educação em vista de sua relação com a Educação Especial enquanto modalidade de educação escolar, analisaremos, agora, os discursos sobre escola e inclusão escolar, materializados nos trabalhos das professoras Mantoan (2015) e Mendes (2006; 2023).

Segundo Orlandi (2007), a Análise do Discurso pecheutiana tem entre suas categorias teóricas as condições de produção do discurso, a qual envolve tanto aspectos





estruturais (históricos, econômicos, etc.), como também o sujeito da enunciação (a pessoa que materializa o discurso). Neste sentido, faz-se necessário entendermos quem são as professoras cujo trabalho será aqui analisado. Enicéia Mendes é psicóloga com mestrado em Educação Especial e doutorado em Psicologia. Atua como professora titular na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde há mais de três décadas, contribui com atividades de ensino, pesquisa, extensão e formação de recursos humanos área de Educação Especial. Em 2023 ela ocupou um cargo na Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (MEC). Já Maria Teresa Mantoan é pedagoga, mestre e doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde coordena o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (LEPED). Ela é uma das autoras da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI, em vigor de 2008, e uma referência nacional nos debates sobre inclusão escolar.

Conforme Mantoan (2015), a educação inclusiva é uma proposta política e pedagógica transformadora. Nesse contexto, para a autora, exige-se uma revisão do papel das escolas e dos professores, tendo em vista a necessidade de superação do que ela denomina paradigma da normalidade, o que demandaria, em seu entender, a valorização de novas formas de ensinar e aprender, respeitando os diferentes tempos, modos e necessidades dos alunos.

Na obra *Inclusão escolar: O quê é? Por quê? Como fazer?*, Mantoan (2015) critica o que chama de modelo tradicional de ensino, o qual, segundo ela, ao buscar uma suposta padronização, seria incompatível com a inclusão, compreendida como “[...] *inserção* escolar de forma *radical, completa* e sistemática. *Todos os alunos* devem frequentar as *salas de aula do ensino regular*” (Mantoan, 2015, p. 27-28, grifos nossos).

Vinculado a essa ideia de inclusão como frequência exclusiva e compulsória à sala de aula comum está a concepção da autora sobre educação escolar, conforme pode-se ver abaixo:

A escola se democratizou, abrindo-se para novos grupos sociais, mas não fez o mesmo em relação aos conhecimentos trazidos por esses grupos às salas de aula. Exclui, ainda, os que ignoram o conhecimento que valoriza e, assim, entende que a *democratização* é massificação de ensino, barrando a *possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos* (Mantoan, 2015, p. 23, grifos nossos).





No trecho selecionado, Mantoan (2015) critica o que considera uma limitação do processo de inclusão escolar (expresso no fragmento a partir do conceito de democratização), qual seja: embora tenha aberto suas portas aos grupos sociais historicamente excluídos, não acolheria de forma equitativa os saberes e culturas que esses sujeitos trazem consigo. Assim, para a autora, ao valorizar o conhecimento científico como a forma predominante de saber, a escola continuaria excluindo, mesmo em um contexto de aparente inclusão (democratização). Essa postura, segundo a autora, impede o diálogo entre diferentes formas de saber e sustenta uma massificação do ensino que, em vez de promover a equidade, reforçaria desigualdades epistemológicas, ou seja, promoveria uma rejeição dos modos distintos de produzir, compreender e transmitir saberes. Isso, para ela, reforçaria uma lógica de hierarquia entre os tipos de conhecimento, destacando-se a ciência como o saber válido.

Ao pensar a escola nesses termos, Mantoan materializa um discurso que retoma a formação discursiva⁴ da Pedagogia Escolanovista, colocando-se em oposição direta ao projeto escolar defendido pela Pedagogia Histórico-Crítica.

Partindo de suas pesquisa empíricas, Mendes (2023, p. 24, grifos nossos) afirma:

De modo geral, constatou-se que o *trabalho pedagógico* desenvolvido em *classes comuns* *precisaria ser qualificado*, pois os/as alunos/as com deficiências, além de não estarem tendo *resultados acadêmicos positivos*, sequer estavam tendo acesso pelo menos a um ambiente socializador acolhedor.

Como se vê, para Mendes (2023), a função social da escola é a mesma para estudantes com e sem deficiências: possibilitar o acesso ao conhecimento sistematizado (acadêmico-científico), sendo a inclusão, nessa perspectiva, mais do que a inserção dos estudantes na sala de aula regular e a relativização do conhecimento científico:

Se o termo [inclusão] surgiu no início da década de 1990 e veio associado a uma prática de colocação de alunos com dificuldades prioritariamente nas classes comuns, hoje o seu significado aparece ampliado, englobando também a noção de *inserção de apoios, serviços e suportes nas escolas regulares*, indicando que a *inclusão bem-sucedida* implica financiamento (Mendes, 2006, p. 402, grifos nossos).

Neste sentido, o discurso sobre educação escolar e inclusão materializado nos textos de Mendes (2006; 2023) parece-nos estabelecer uma relação de identificação

⁴ Trata-se de uma posição enunciativa, um lugar de fala ou, conforme Cavalcante (2007, p. 43): de “matrizes comuns a um conjunto de discursos”.





ideológica com a Pedagogia Histórico-Crítica e, ao mesmo tempo, um afastamento do discurso da Escola Nova, fortemente assumido pela perspectiva da inclusão total liderada pela professora Mantoan.

Isso posto, é importante destacar que as duas autoras concordam que a escola é um espaço que deve receber sujeitos em diferentes condições. Mas a compreensão de como isso pode se dar para ser considerado democrático (inclusivo) passa por compreensões divergentes acerca da função social da escola. Assim, enquanto para Mendes (2023), a inclusão de alunos com atipia pode - e deve - englobar a inserção de apoios e suportes nas escolas regulares, para Mantoan (2015), a inclusão acontece quando atende-se a todos no mesmo ambiente escolar, sem considerar suas diferenças, uma vez que todos somos diferentes. Isso tem por consequência a negação da necessidade de adaptações curriculares ou metodológicas e a dispensa de formação técnico-científica do professorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de educação escolar e inclusão podem ser pensados a partir de diferentes concepções. Neste texto, foram escolhidas duas formas de concebê-los a partir das leituras das pesquisadoras Maria Teresa Égler Mantoan e Enicéia Gonçalves Mendes.

Através da análise destes dois conceitos identificou-se que a concepção de inclusão de cada autora é indissociável da forma como elas pensam a função social da escolar. Essas divergências, conforme apontamos, implica no modo como o trabalho pedagógico pode ser exercido no interior da classe comum e da disponibilização ou não de uma rede de apoios.

Para Mantoan, a escola é democrática quando permite que a diferença seja reconhecida e valorizada. No entanto, não existe qualquer ajuste quanto a métodos pedagógicos ou exigência referente à formação dos professores, uma vez que cada aluno é responsável por seu próprio desempenho. Assim sendo, a inclusão acontece pela presença de estudantes com atipia na sala de aula regular. Por outro lado, Mendes concebe a educação escolar para além da socialização, uma vez que a escola, para ela,





teria como principal função a apropriação do conhecimento sistematizado. Neste sentido, a inclusão engloba uma rede de suporte para os alunos com atipia.

Retomando a relação entre escola e democracia posta por Saviani (2008) e por Mantoan (2015), é preciso questionar até que ponto a inclusão sem qualquer adaptação pode ser democrática (inclusiva), tendo em vista que a ausência de investimento público e a ideia de individualidade dialogam com a lógica capitalista dominante (Bezerra, 2021), em que a inserção escolar de estudantes com atipia é feita sem a garantia de condições adequadas para que estas pessoas possam apropriar-se do conhecimento sistematizado e dispor de oportunidades reais de acessibilidade nos mais diferentes espaços da vida social.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, G.F. Neoliberalismo e formulações pedagógicas recentes: o ideário inclusivista em educação. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 39, n. 1 p. 01-17, jan./mar. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), [2024]. Disponível em: <https://encurtador.com.br/yDRx5>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CAVALCANTE, M.S.A.O. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: Edufal, 2007.

MANTOAN, E.M.T. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, Summus, 2015.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

MENDES, E.G. A trajetória da pesquisa sobre formação de professores/as para inclusão escolar: a descoberta das abordagens universalistas. In: MENDES, E.G. et al. **Práticas inclusivas inovadoras no contexto da classe comum: dos especialismos às abordagens universalistas**. Campos dos Goytacazes, RJ. Encotrografia Editora, 2023.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. ed. comemorativa. Campinas, SP. Autores Associados, 2008.

